

II CONGRESSO INTERNACIONAL

ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA:
DEMOCRACIA, DIREITOS E REFORMAS EDUCACIONAIS


Currículo, Memórias e Narrativas
em Educação
Grupo de Pesquisa CNPq


Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado
15 anos


UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

EDUCAÇÃO COSMOPOLITA: O CONDICIONAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS À LÓGICA DO MERCADO

Rafael de Brito Vianna

rafaelbritov@mx2.unisc.br

O presente trabalho se trata de um recorte de uma pesquisa já concluída no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Educação. Neste sentido, este texto tem por objetivo identificar e debater a atuação e o condicionamento dos agentes econômicos na proposição e construção de políticas educacionais voltadas especialmente para o Ensino Médio em um movimento de deslocamento e disputas de uma Educação Integral baseada em uma perspectiva crítica e emancipatória para uma lógica neoliberal que defende a formação de jovens compatíveis com sua racionalidade, identificada aqui como Educação Cosmopolita (MELO, MOROCHI, 2019; POPKEWITZ, OLSSON, PETTERSON, 2009). Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e de análise documental. Como resultado, foi identificado um intenso processo de condicionamento das atuais políticas voltadas para o Ensino Médio brasileiro a partir da Reforma de 2016 na adoção de lógicas e estruturas que instituem um novo paradigma educacional que tem por objetivo a formação de sujeitos flexíveis e adaptáveis às novas exigências do mundo do trabalho.

O processo de globalização permitiu a internacionalização das economias ao impor dinâmicas de poder político e econômico internacionais em detrimento dos interesses nacionais. A educação passou a ter outra função, que não mais era vista como garantidora de direitos sociais e humanos para a formação de cidadãos com origem na escola republicana, mas sim, comprometida com a formação de “cidadãos do mundo” em um processo de cosmopolitismo.

O cosmopolitismo enquanto ferramenta analítica, torna-se apropriado para analisar as mudanças de paradigma educacional provocadas pela racionalidade neoliberal, que através de ações articuladas entre seus agentes internacionais e parcerias locais,

tomam para si a responsabilidade de formar cidadãos que acatem o modo de vida impostos pela nova racionalidade e configuração de poder, cujos elementos “buscam mobilizar reformas educacionais na construção de uma nova ordem mundial (POPKEWITZ, OLSSON, PETTERSON, 2009, p. 74). De maneira ampla, a formação do sujeito cosmopolita é,

aquela de sujeitos que não apenas se adaptem ao sistema, mas que, verdadeiramente, queiram isso, ou seja, trata-se de inculcar processos de conformismos e aceitação ativa do sistema de competitividade, naturalizado pelo sujeito cosmopolita, fruto da luta hegemônica das classes dominantes, em um momento de crise estrutural do capital (MELO; MAROCHI, 2019, p. 2).

Em um cenário de crise profunda, de alargamento das desigualdades e de concentração de renda nas mãos do mercado financeiro, o processo de globalização para o bem ou para o mal, invoca a necessidade de mudanças nas relações políticas, culturais e sociais. Claramente, essas mudanças perpassam pela educação e formação de sujeitos que estejam alinhados, quando não excluídos, à esta racionalidade, pois “o ambiente social no qual o cosmopolita habita é um cenário repleto de julgamentos, comparações públicas de resultados, controles e avaliações contínuas, que exigem a todo o momento a atenção à produtividade e à relação custo-benefício das ações” (MELO; MAROCHI, 2019, p. 3). A competitividade e o individualismo, enquanto frutos dessa nova sociedade dentro de uma perspectiva pragmatista onde o conhecimento é substituído pela *aprendizagem*, em sua maioria, faz com que as reformas alinhadas com o neoliberalismo normatizem através de seus dispositivos uma organização curricular que possibilite uma formação imediatista para o *saber fazer*.

Como apontado pela OCDE – um importante agente na construção de uma agenda para a educação à nível internacional –, com o processo de “modernização” dos sistemas educacionais em relação à formação dos sujeitos,

espera-se que os jovens tenham competências básicas sólidas para participar ativamente na sociedade e no mercado de trabalho. Os sistemas educativos devem garantir que os jovens alcancem um nível mínimo de competências transferíveis e úteis, não somente nas profissões e nos trabalhos, mas também em outros âmbitos, como a família e a vida social. (OCDE, 2015, p. 76).

As reformas educacionais realizadas nas últimas décadas acabam sendo um reflexo desse movimento de empresariamento, quem vem ocorrendo na educação de forma subjetiva, através de novas relações estabelecidas pela racionalidade neoliberal, como também de formas bastante claras e naturalizadas através de um falso consenso

(GENTILI, 2001) que se materializa através dos programas e políticas que dão forma à essa engenharia educacional. Nesse sentido,

Mais que nunca a economia ocupa o centro da vida individual e coletiva, os únicos valores sociais legítimos são a eficiência produtiva, a mobilidade intelectual, mental e afetiva, e o sucesso pessoal. Isso não pode deixar incólume o sistema normativo da sociedade e seu sistema de educação (LAVAL, 2019, p. 39).

Um dos elementos centrais dessa formação cosmopolita é o forte apelo ao individualismo, dentro de um ideário meritocrático e de desempenho. Na qualidade de um elemento da racionalidade neoliberal, ele representa uma visão de mundo onde as relações interpessoais só são consideradas válidas se existir uma troca de benefícios, criando um convívio de competição. No campo político e social, a globalização provocou um *apartheid* social, em um ambiente de exclusão onde a cidadania só é garantida se os indivíduos forem considerados produtivos para o sistema. Neste sentido, “o que caracteriza a globalização é que ela é extraordinariamente excludente e inclusiva ao mesmo tempo. Inclui o que gera valor e exclui o que não é dinâmico e não cria valor” (LAPLANE, GÓES, 2004, p. 9). Nessas condições,

O indivíduo que não consegue ser o melhor em uma atuação produtiva, inclusive nos padrões da sociedade de massa, tornando-se mais um dessa sociedade excludente. Já o cidadão que se destaca pela sua atuação e empreendimento, sai da padronização. Mas esses representam uma minoria (DALBÉRIO, 2009, p. 43).

As novas relações de trabalho estabelecidas pela racionalidade neoliberal, ao trazerem para a arena a desregulação do mercado, permitem estabelecer novos critérios de formação de força de trabalho, dentro da configuração entre educação e setor privado. Nesses termos, a gestão estatal-empresarial da educação, em um só tempo, “tutela a formação da juventude trabalhadora e estabelece critérios para a reorganização da divisão e das relações de trabalho” (CATINI, 2019, p. 36). Conforme a autora,

empreendedorismo é a palavra de ordem. Afinal, como formar trabalhadores acostumados à precariedade inserindo-os cotidianamente numa forma social estável como a escola atual? Introduzir o empreendedorismo no trabalho educativo é a solução para ensinar a prática que é natural aderir à competitividade para poder sobreviver: um ótimo método para a pacificação social via assimilação individual da ideologia (2019, p. 37).

A “adesão à competitividade” pode ser vista como um mecanismo que desresponsabiliza o Estado de uma proteção social e da geração de empregos formais. Há uma necessidade de padronização das competências e habilidades que devem estar presentes no percurso formativo desses jovens, percurso onde seja possível criar uma

métrica através de índices de avaliação, como forma de comprovação da competência ou da incompetência dos sujeitos. Nesta perspectiva, a Educação Integral passa a ser entendida como uma formação que busque o encontro de saberes científicos com os técnicos mediados pelo Trabalho, mas, sim, uma formação subjetiva e ancorada em práticas comportamentais e emocionais.

Palavras-chave: Educação Cosmopolita; Políticas Educacionais; Reforma do Ensino Médio; Educação Integral; Neoliberalismo Escolar.

REFERÊNCIAS:

CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CÁSSIO, Fernando. (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 33-40.

DALBÉRIO, Maria Célia Borges. **Neoliberalismo, políticas educacionais e gestão democrática na escola pública de qualidade**. São Paulo: Paulus, 2009.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2001.

LAPLANE, A. L. F.; GÓES, M. C. R. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELO, A.; MAROCHI, A. C. Cosmopolitismo e Performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Comum Curricular. **Educ. rev.** n. 35, p.1-23, 2019.

OCDE. Política educativa en perspectiva 2015. Hacer posibles las reformas. OCDE y Fundación Santillana. 2015.

POPKEWITZ, T.S.; OLSSON, U.; PETERSON, K. Sociedade da Aprendizagem, Cosmopolitismo, Saúde Pública e Prevenção à Criminalidade. **Educação & Realidade**, vol. 34, núm. 2, mayo-agosto, 2009, pp. 73-96.